



Prefeitura Municipal de  
**VERTENTE DO LÉRIO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 015/2024**

**PROJETO DE LEI Nº 015/2024**

Vertente do Lério, 02 de setembro de 2024.

Excelentíssimo Senhora Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores,  
Excelentíssimas Senhora Vereadora.

Submetemos à elevada apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 015, de 02 de setembro de 2024, que institui o Programa de Educação Integral no âmbito do Município de Vertente do Lério, em conformidade com a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que dispõe sobre a promoção de políticas públicas voltadas à ampliação da jornada escolar e ao fortalecimento do ensino integral.

A proposta em questão visa implementar um programa que amplie o tempo de permanência dos alunos nas unidades escolares municipais, oferecendo um currículo mais amplo, diversificado e que inclua atividades pedagógicas, culturais e esportivas. Tal medida se mostra fundamental para garantir uma educação mais completa e para proporcionar o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes de nosso município, conforme preceituado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996).

A adoção do Programa de Educação Integral é uma resposta aos desafios educacionais contemporâneos, que demandam a formação integral dos estudantes, indo além dos conteúdos acadêmicos e buscando seu desenvolvimento social, emocional, físico e cultural. Acreditamos que o ensino em tempo integral pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção de oportunidades iguais para todos os alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, a implementação do programa também reflete o compromisso do Município de Vertente do Lério com o avanço das políticas educacionais, alinhando-se às diretrizes nacionais e fortalecendo o papel da educação como um direito social fundamental.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres vereadores a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, entendendo que ele trará relevantes benefícios à nossa comunidade, ao garantir uma educação de maior qualidade para nossas crianças e jovens.

Certo da compreensão e apoio dos membros desta Câmara, renovo meus votos de

Praça Severino Barbosa de Sales, 40 – centro – Vertente do Lério – CEP: 55.760-000  
– PE. CNPJ nº 40.893.646/0001-60. Fone/Fax.: (81)3634-7156. Site.

[www.vertentedolerio.pe.gov.br](http://www.vertentedolerio.pe.gov.br)



Prefeitura Municipal de  
**VERTENTE DO LÉRIO**

**GABINETE DO PREFEITO**

elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**RENATO LIMA DE SALES**

**PREFEITO**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024.**

Institui o Programa de Educação Integral no âmbito do Município de Vertente do Lério, nos termos da Lei Federal 14.640 de 31 de julho de 2023 e dá outras providências.

**O Prefeito do Município de Vertente do Lério**, Estado de Pernambuco, através dos poderes conferidos pela Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal e em conformidade com a Lei Federal 14.640 de 31 de julho de 2023, submete à apreciação da Câmara de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** A presente Lei, no âmbito do Município de Vertente do Lério, cria o Programa Municipal de Educação Integral nos termos da Lei Federal 14.640 de 31 de julho de 2023, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo é a concepção, planejamento e a execução de um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e qualidade na Rede Pública Municipal que assegure a criação e implementação de uma rede de escolas de Educação básica em Tempo Integral.

§ 1º. O Programa Municipal de Educação Integral será implantado e desenvolvido pelos componentes da Equipe Gestora de Educação Integral junto às unidades escolares da Rede Pública Municipal expandido, a critério do sistema de ensino, observadas as condições de viabilidade e oportunidade.

**Art. 2º** São objetivos específicos do Programa Municipal de Educação Integral:

I - ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, para uma jornada escolar Integral de no mínimo 7 (sete) horas diárias em atividades pedagógicas e demais períodos para intervalos de repouso e refeição;

II - ampliar o currículo escolar articulado por meio da Base Nacional Comum Curricular e sua Parte Diversificada, considerando as diretrizes e parâmetros nacionais e/ou locais e, por meio de metodologias, estratégias e práticas educativas inovadoras, assegurar o desenvolvimento dos estudantes, de modo a oferecer as condições para a construção dos seus Projetos de Vida;

III - prover a adequação na infraestrutura física necessária para o funcionamento das Escolas Municipais em Tempo Integral;

IV - prover as Escolas Municipais em Tempo Integral dos equipamentos, mobiliário, materiais didáticos e recursos tecnológicos necessários para a proficiência

Praça Severino Barbosa de Sales, 40 – centro – Vertente do Lério – CEP: 55.760-000  
– PE. CNPJ nº 40.893.646/0001-60. Fone/Fax.: (81)3634-7156. Site.

# DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

## DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 02 DE 02 DE SETEMBRO DE 2024.

Declaramos de interesse público a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos, sob a forma de prestação de serviços, para atender às necessidades do Município de São Paulo, no âmbito do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A presente declaração é emitida em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a obrigatoriedade de licitação para a contratação de bens e serviços de interesse público, ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexorabilidade previstas no inciso II do mesmo artigo.

Consideramos que a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos, sob a forma de prestação de serviços, é de interesse público, pois trata-se de atividade essencial para o funcionamento das atividades administrativas e operacionais do Município de São Paulo, e a contratação de bens e serviços de interesse público, sob a forma de prestação de serviços, é a modalidade mais adequada para a realização desta atividade.

Portanto, declaramos de interesse público a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos, sob a forma de prestação de serviços, para atender às necessidades do Município de São Paulo, no âmbito do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Esta declaração é emitida em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a obrigatoriedade de licitação para a contratação de bens e serviços de interesse público, ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexorabilidade previstas no inciso II do mesmo artigo.

Declaramos de interesse público a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos, sob a forma de prestação de serviços, para atender às necessidades do Município de São Paulo, no âmbito do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Esta declaração é emitida em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a obrigatoriedade de licitação para a contratação de bens e serviços de interesse público, ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexorabilidade previstas no inciso II do mesmo artigo.

Declaramos de interesse público a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos, sob a forma de prestação de serviços, para atender às necessidades do Município de São Paulo, no âmbito do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.



Prefeitura Municipal de  
**VERTENTE DO LÉRIO**

Câmara Municipal de Vertente do Lério  
Aprovado em 12/03/2024  
Severino S. de S. Silva  
Presidente

### GABINETE DO PREFEITO

pedagógica e eficácia da gestão;

V - planejar e oferecer formação continuada em rede e em serviço para os gestores, professores e demais profissionais vinculados ao Programa Municipal de Educação Integral;

VI - prover as condições para a redução dos índices de evasão escolar e de reprovação e acompanhar a sua evolução no âmbito das Escolas Municipais de Tempo Integral;

VII - ampliar os índices nas avaliações externas: IDEB (fluxo e proficiência), SAEPE e IDEPE, de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As Escolas Municipais em Tempo Integral incorporarão as inovações pedagógicas e gerenciais do Programa de Escolas de Educação Integral.

**Art. 3º** Para os fins desta lei são considerados:

I - **Escolas Municipais em Tempo Integral**: as unidades da rede de ensino de Educação básica em Tempo Integral, orientadas por conteúdos pedagógicos, métodos didáticos, gestão curricular e administrativa específicas, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, com regulamentação prevista em normas específicas, as quais têm por finalidade, ampliar e qualificar o tempo de permanência dos estudantes na Instituição de Ensino, garantindo-lhes formação integral;

II - **carga horária integrada**: conjunto de horas de natureza pedagógica dedicadas ao cumprimento das horas atividades e horas de trabalho escolar efetivo exercidas exclusivamente nas Escolas Municipais em Tempo Integral, de forma individual e coletiva, na integração das áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e da Parte Diversificada específica.

III - **plano de ação**: instrumento de gestão escolar no âmbito estratégico, de elaboração coletiva, a partir do Plano de Ação da equipe gestora da educação integral da Secretaria Municipal de Educação, coordenado pelo gestor da Escola Municipal em Tempo Integral, contendo diagnóstico, definição de premissas, objetivos, indicadores e metas a serem alcançadas, estratégias a serem empregadas e avaliação dos resultados, sendo revisado anualmente a partir dos resultados alcançados e pactuados com o Secretário de Educação;

IV - **diretrizes operacionais**: instrumento que visa orientar a operacionalização



### GABINETE DO PREFEITO

das rotinas escolares e subsidiar a organização das atividades desenvolvidas pela equipe escolar. É documento elaborado pela equipe de implantação do programa no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

V - **protagonismo**: processo no qual o estudante desenvolverá suas potencialidades através de práticas e vivências, apoiados pelos professores, assumindo progressivamente a gestão de seus conhecimentos, da sua aprendizagem e da elaboração do seu Projeto de Vida;

VI - **desenvolvimento Integral**: a consideração das dimensões: social, emocional, cognitiva, física, espiritual e cultural dos estudantes, bem como o exercício da cidadania e apoio à construção dos seus Projetos de Vida durante a sua formação na Educação Básica;

VII - **projeto político-pedagógico**: documento que define a identidade institucional da unidade, elaborado coletivamente pelos diversos segmentos da comunidade escolar;

VIII - **grupo gestor de educação Integral**: a equipe formada por integrantes da Secretaria Municipal de Educação, a saber:

- a) Coordenador do Programa;
- b) Coordenador Pedagógico do Programa;

**Art. 4º** As Escolas Municipais em Tempo Integral funcionarão de segunda a sexta-feira, em período Integral, sendo estes, manhã e tarde, totalizando no mínimo 7 horas por dia distribuídas de maneira a atender crianças e adolescentes da Educação Básica por meio do desenvolvimento do seu projeto escolar.

Parágrafo único. É assegurado o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência matriculados nas Escolas Municipais em Tempo Integral, em classes regulares, devendo a Secretaria de Educação disponibilizar profissional de apoio para o seu acompanhamento em casos específicos.

**Art. 5º** O Programa de Educação Integral funcionará em jornada integral de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) horas aulas semanais.

**Art. 6º** A composição da estrutura das Escolas Municipais em Tempo Integral, com integrantes do Quadro do Magistério, atenderá às especificidades da modalidade atendida.

*RSB*



### GABINETE DO PREFEITO

§ 1º O corpo docente das unidades de ensino municipais em Tempo Integral deverá ser composto por professores efetivos do quadro e/ou por servidores na condição de temporários.

§ 2º A escolha dos Gestores Escolares, participantes do Programa Municipal de Educação Integral por terem natureza de cargo comissionado, serão designados através de processo seleção organizado pela Secretária de Educação.

**Art. 7º** A estrutura organizacional das Escolas Municipais em Tempo Integral poderá ser constituída pelas seguintes funções:

- I - Gestor Escolar;
- II - Coordenador Pedagógico;
- III – Professores I;
- V- Professores II;

**Art. 8º** São atribuições específicas da Coordenação de Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação:

I - aprovar os Planos de Ação das Escolas Municipais em Tempo Integral, acompanhar o seu desenvolvimento e publicar anualmente os seus resultados;

II - acompanhar e assegurar o cumprimento do calendário escolar;

III – acompanhar a execução dos projetos desenvolvidos nas Escolas Municipais em Tempo Integral;

IV - avaliar e publicar os resultados de desempenho, a partir de critérios e indicadores constantes no Plano de Ação das Escolas Municipais em Tempo Integral;

V - propor e apoiar a definição das Unidades de Ensino que participarão do Programa das Escolas Municipais em Tempo Integral, de acordo com as metas e as diretrizes políticas administrativas e financeiras da Gestão Municipal;

VI - estabelecer metas de desempenho das Escolas Municipais em Tempo Integral, em consonância com o sistema de avaliação municipal, estadual e nacional, e seus respectivos Planos de Ação;

VII - realizar, anualmente, a avaliação de desempenho dos docentes, bem como de cada membro da equipe gestora da escola e recomendar ações a partir dos seus



### GABINETE DO PREFEITO

resultados. O detalhamento da avaliação de desempenho será publicada e regulamentado em portaria do Secretário Municipal de Educação;

VIII - participar da formulação da política de educação Integral no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

IX - implantar as inovações em conteúdo, método e gestão;

X - acompanhar o desenvolvimento dos Planos de Ação das Escolas Municipais em Tempo Integral;

XI – acompanhar e avaliar os Programas de Ação da Gestão das Escolas Municipais em Tempo Integral;

XII – promover o planejamento para a expansão das Escolas Municipais em Tempo Integral e definir padrões básicos de funcionamento.

**Art. 9.** São atribuições específicas dos Gestores das Escolas Municipais em Tempo Integral, além daquelas inerentes ao respectivo cargo:

I - articular, acompanhar e intervir na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico;

II - planejar, implantar, acompanhar as ações e seus respectivos resultados conforme o Plano de Ação da unidade de ensino;

III - coordenar, anualmente, a elaboração do Plano de Ação da unidade de ensino, alinhado ao Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação; orientar a elaboração dos respectivos Programas de Ação da Equipe Gestora e docentes, acompanhar a execução dos mesmos, bem como orientar a elaboração e o cumprimento das rotinas dos demais servidores;

IV - gerir os recursos humanos, financeiros e materiais para a execução do currículo escolar na integralidade, compreendido por Núcleo Comum (referência da Base Nacional Comum Curricular) e Parte Diversificada, bem como das atividades inerentes aos cumprimentos dos currículos dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental;

V - estabelecer, junto ao Coordenador Pedagógico, as estratégias necessárias ao desenvolvimento do protagonismo no âmbito da unidade de ensino e no universo dos estudantes, entre outras atividades escolares, inclusive por meio de parcerias, submetendo-as aos órgãos competentes;



### GABINETE DO PREFEITO

VI - orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades do pessoal docente, técnico e administrativo da respectiva unidade de ensino, acionando para isso os recursos necessários e indicados;

VII - garantir o cumprimento do regime de trabalho do corpo docente, técnico e administrativo de que trata esta Lei;

VIII - organizar, entre os membros do corpo docente da respectiva unidade de ensino, a realização das substituições dos professores, em áreas afins, nos seus impedimentos legais e temporários, salvo nos casos de licenças previstas em lei;

IX - planejar e promover ações em consonância com o Projeto Político-Pedagógico, estimulando a participação da comunidade escolar;

X - acompanhar e avaliar a produção didático-pedagógica dos professores, com vistas aos resultados esperados, alinhados ao Plano de Ação da unidade de ensino;

XI - sistematizar e documentar as experiências e as práticas educacionais e de gestão específicas, com vistas a apoiar a Secretaria Municipal de Educação na expansão do Programa Municipal de Educação Integral;

XII - atuar como agente difusor e multiplicador das ações pedagógicas e de gestão, conforme os parâmetros fixados pela Secretaria Municipal de Educação;

**Art. 10.** São atribuições específicas do Coordenador Pedagógico das Escolas Municipais em Tempo Integral:

I - auxiliar o gestor da unidade de ensino na execução do projeto político-pedagógico de acordo com o Plano de Ação, o currículo, a agenda bimestral, os programas de ação e os guias de aprendizagem;

II - orientar as atividades dos professores em horas de trabalho pedagógico coletivo e individual, assegurando a execução das suas respectivas agendas de estudo;

III - orientar os professores na elaboração dos guias de ensino e de aprendizagem da educação infantil dos anos iniciais e os guias de aprendizagem dos anos finais;

IV - organizar as atividades de natureza interdisciplinar de acordo com o plano de ação;

V - participar da produção didático-pedagógica em conjunto com os professores;



### GABINETE DO PREFEITO

VI – avaliar e sistematizar a produção didático-pedagógica;

VII – apoiar o Gestor da unidade de ensino nas atividades de difusão e multiplicação do modelo pedagógico e de gestão pedagógica, conforme os parâmetros fixados pelos órgãos centrais da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - assumir a gestão da unidade de ensino nos períodos em que o gestor estiver atuando como agente difusor e multiplicador do modelo pedagógico do Programa Municipal de Educação Integral, bem como quando afastado por previsões legais;

IX - responder pela gestão escolar em caráter excepcional e somente em termos operacionais, em ocasional ausência do gestor e nos períodos em que este estiver ausente;

X - elaborar, anualmente, o seu programa de ação com os objetivos, metas e resultados de aprendizagem a serem atingidos;

XI - dar suporte pedagógico aos professores de referência, com ênfase nas turmas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental;

XII - prestar acompanhamento aos estudantes, monitorando os resultados;

XIII - realizar, quando necessário, intervenções direcionadas, junto ao professor referência;

XIV - assegurar a efetividade do planejamento do professor em sala de aula;

XV - garantir o uso dos ambientes de aprendizagem em perspectiva interdisciplinar;

**Art. 11.** São atribuições específicas dos Professores I e Professores II nas unidades de ensino Municipais em Tempo Integral, além daquelas inerentes ao respectivo cargo ou função-atividade:

I - elaborar, anualmente, o seu programa de ação com os objetivos, metas e resultados de aprendizagem a serem atingidos;

II - organizar, planejar e executar sua tarefa institucional de forma colaborativa e cooperativa visando ao cumprimento do Plano de Ação da unidade de ensino;

III - planejar, desenvolver e atuar de forma interdisciplinar, no que se refere aos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular e sua Parte Diversificada

*RSB*



### **GABINETE DO PREFEITO**

composta de Disciplinas Prática Experimentais, Estudo Orientado, Projeto de Vida e Protagonismo, bem como apoio aos Clubes de Protagonismo;

IV - incentivar e apoiar as atividades de protagonismo;

V - realizar, obrigatoriamente, a totalidade das horas de trabalho pedagógico coletivo e individual no recinto da unidade de ensino;

VI - participar das orientações técnico-pedagógicas relativas à sua atuação na unidade de ensino e de cursos de formação continuada;

VII - elaborar guias de ensino e de aprendizagem e os guias de aprendizagem sob a orientação do Coordenador Pedagógico;

VIII - produzir material didático-pedagógico em sua área de atuação e na conformidade do modelo pedagógico próprio da unidade de ensino.

IX - Preencher e manter atualizado, diário de classe eletrônico ou em papel, documentos afins e fichas de acompanhamento, solicitados pela secretaria de educação.

**Art. 12.** Os Processos Seletivos dos integrantes do Quadro do Magistério para atuação nas unidades de ensino Municipais em Tempo Integral serão realizados conforme regulamentação específica da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Processo Seletivo do que trata o caput deste artigo, deverá ter vigência de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

**Art. 13.** Poderão participar dos processos de seleção para atuar nas unidades de ensino municipais em Tempo Integral os servidores que atendam às seguintes condições, além daquelas a serem publicadas nas respectivas Portarias:

I - com relação à situação funcional, sem obrigatoriedade de cumulação:

a) sejam titulares de cargo de Gestor de unidade de ensino ou se encontrem designados nesta situação;

b) sejam titulares de cargo ou ocupantes de função-atividade de Professor;

II - estejam em efetivo exercício do seu cargo ou função-atividade ou da designação em que se encontrem;

III - venham a aderir voluntariamente ao regime de dedicação Integral com



**GABINETE DO PREFEITO**

disponibilidade adequada.

**Art. 14.** A nomeação dos Gestores Escolares, participantes do Programa Municipal de Educação Integral dar-se-á através de portaria do Secretário Municipal de Educação ou do Prefeito.

**Art. 15.** A permanência de integrante do Quadro do Magistério em unidade de ensino municipal em Tempo Integral está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I – aprovação nas avaliações de desempenho anuais cujos critérios específicos serão definidos e publicados pela Secretaria Municipal de Educação;

II - o atendimento às disposições constantes nesta Lei.

**Art. 16.** As metas a serem alcançadas pelas unidades de ensino municipais em Tempo Integral serão estabelecidas através de portaria ou ato administrativo específico do Secretário Municipal de Educação, o qual também estabelecerá os critérios e a periodicidade em que serão avaliados os resultados em conformidade ao Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 17.** As unidades de ensino existentes poderão ser redenominadas para se tornarem unidades de ensino de educação Integral.

**Art. 18.** As especificidades do Programa de Unidades de Ensino Municipal em Tempo Integral, bem como a sua organização serão disciplinadas por regulamento do Poder Executivo Municipal.

**Art. 19.** As unidades escolares que funcionarão em tempo integral serão designadas por meio de Decreto.

**Art. 20.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, podendo, se necessário, serem suplementadas.

**Art. 21.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Município do Vertente do Lério/PE, 02 de setembro de 2024.



Prefeitura Municipal de  
**VERTENTE DO LÉRIO**

**GABINETE DO PREFEITO**

Câmara Municipal de Vertente do Lério  
Aprovado em 12/09/2024  
*Severino F. de S. Silva*  
Presidente

*Renato Lima de Sales*

**RENATO LIMA DE SALES**

**PREFEITO**

**Renato Lima de Sales**  
**Prefeito**

VEREAMENTO DO TERMO

JORNAL DE JORNALISMO

VEREAMENTO DO TERMO  
JORNAL DE JORNALISMO  
JORNAL DE JORNALISMO

Para maiores informações sobre o Jornal de Jornalismo, entre em contato com a equipe de vendas e circulação. Telefone: (81) 3333-1111. E-mail: vendas@jornaldejornalismo.com.br